

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA		

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	Data		Proposição PROJETO DE LEI Nº 5.920/2009						
		Deput		tor CAST	ELO BRANCO)			nº do prontuário
1	Supressiva	2.	Substitutiva	3.	Modificativa	4.	Aditiva	5.	Substitutivo global
	Página		Artigo		Parágrafo		Inciso		alínea

Substitua-se o Art. 19 e o Anexo XII do Projeto de Lei nº 5.920/2009, adotando-se a seguinte redação:

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 19. Fica instituída Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Administrador, Engenheiro,. Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII desta Lei.

ANEXO XII

Cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de nível superior, que poderão optar pela estrutura remuneratória de que trata o art. 19 desta Lei.

GRUPO CARGO CARREIRA/PLANO CARGO COD CARGO

CPREV-424

ADMINISTRADOR 424009

CPREV-424 CARREIRA PREVIDENCIÁRIA

Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001 ARQUITETO 424010

CPREV-424

ECONOMISTA 424011

CPREV-424

ENGENHEIRO 424008

CPREV-424

ESTATISTICO 424014

CPST-422

ADMINISTRADOR 422002

CPST-422 CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 ARQUITETO 422028

CPST-422

ECONOMISTA 422047

CPST-422

ECONOMISTA DOMESTICO 422048

CPST-422

ENGENHEIRO 422051

CPST-422

ENGENHEIRO AGRIMENSOR 422052

CPST-422

ENGENHEIRO AGRONOMO 422053

CPST-422

ENGENHEIRO OPERACIONAL 422055

CPST-422

ESTATISTICO 422059

CPST-422

GEOLOGO 422067

CSST-430

ADMINISTRADOR 430088

CSST-430 CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Lei n^{9} 10.483, de 3 de julho de 2002 ARQUITETO 430081

CSST-430

ECONOMISTA 430022

CSST-430

ENGENHEIRO 430016

CSST-430

ENGENHEIRO AGRONOMO 430012

CSST-430

ENGENHEIRO FLORESTAL 430076

CSST-430

ESTATISTICO 430091

DPRF-437

ADMINISTRADOR 437001

DPRF-437 PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Lei $n^{\underline{o}}$ 10.682, de 28 de maio de 2003

ECONOMISTA 437005

DPRF-437

ENGENHEIRO 437006

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

FI	TIQI	IF.	ΓΔ

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Proposição
PROJETO DE LEI Nº 5.920/ 2009

autor
Deputado SABINO CASTELO BRANCO

nº do prontuário

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

 Página
 Artigo
 Parágrafo
 Inciso
 alínea

 TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

PEC-475

ADMINISTRADOR 475001

PEC-475 PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA EMBRATUR

Lei n^{o} 11.356, de 19 de outubro de 2006; ARQUITETO 475014

PEC-475

ECONOMISTA 475016

PEC-475

ECONOMISTA SENIOR 475020

PEC-475

ENGENHEIRO 475021

PEC-475

ESTATISTICO 475022

PECC-442

ADMINISTRADOR 442002

PECC-442 PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

Lei n^{o} 11.233, de 22 de dezembro de 2005 ARQUITETO 442017

PECC-442

ECONOMISTA 442033

PECC-442

ENGENHEIRO 442035 PECC-442

ENGENHEIRO AGRONOMO

442036

PECC-442

ENGENHEIRO CIVIL

442037

PECC-442

ENGENHEIRO CIVIL

442037

PECC-442

ENGENHEIRO ELETRICO

442038

PECC-442

ESTATISTICO

442041

PECC-442

GEOLOGO

442042

PECSU-474

ADMINISTRADOR

474001

PECSU-474

PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUFRAMA

Lei nº 11.356 de 19 de outubro de 2006

ECONOMISTA 474007

PECSU-474

ENGENHEIRO

474008

PECSU-474

ENGENHEIRO AGRONOMO

474009

PECSU-474

ENGENHEIRO CIVIL

474010

PECSU-474

ENGENHEIRO FLORESTAL

474012

PECSU-474

ENGENHEIRO OPERACIONAL

474013

PEDPF-432

ADMINISTRADOR

432005

PEDPF-432

PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 ARQUITETO 432083 PEDPF-432

ECONOMISTA 432004

PEDPF-432

ENGENHEIRO 432003

PEDPF-432

ESTATISTICO 432007

PGPE-480

ADMINISTRADOR 480002

 $\label{eq:pgpe480} \mbox{PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE}$

Lei n^2 11.357, de 19 de outubro de 2006 ARQUITETO 480046

PGPE-480

ECONOMISTA 480096

PGPE-480

ENGENHEIRO 480106

PGPE-480

ENGENHEIRO AGRIMENSOR 480107

PGPE-480

ENGENHEIRO AGRONOMO 480108

PGPE-480

ENGENHEIRO CIVIL 480109

PGPE-480 ENGENHEIRO DE MINAS

480110

PGPE-480

ENGENHEIRO DE OPERACOES 480111

PGPE-480

ENGENHEIRO DE PESCA 480112

PGPE-480

ENGENHEIRO ELETRICO 480113

PGPE-480

ENGENHEIRO ELETRONICO 480114



PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data

Proposição

PROJETO DE LEI Nº 5.920/2009

autor
Deputado SABINO CASTELO BRANCO

nº do prontuário

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

 Página
 Artigo
 Parágrafo
 Inciso
 alínea

 TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

PGPE-480

ENGENHEIRO FLORESTAL

480115

PGPE-480

ENGENHEIRO MECANICO

480116

PGPE-480

ENGENHEIRO QUIMICO

480118

PGPE-480

ESTATISTICO

480122

PGPE-480

GEOLOGO 480138

PECMF-489

ADMINISTRADOR

489001

PECMF-489 PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ

> Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 ARQUITETO

489010

PECMF-489

ECONOMISTA

489021

PECMF-489

ENGENHEIRO 489023

PECMF-489

ENGENHEIRO AGRIMENSOR

489024

PECMF-489

ENGENHEIRO AGRONOMO 489025

PECMF-489

ENGENHEIRO DE OPERACOES 489026

PECMF-489

ESTATISTICO 489028

QPIN-490

ADMINISTRADOR 490001

QPIN-490 QUADRO DE PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL

> Lei $n^{\underline{o}}$ 11.090, de 7 de janeiro de 2005 ECONOMISTA 490054

> > QPIN-490

ENGENHEIRO 490063

NS-009

ADMINISTRADOR 9023

NS-009 PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - PCC

Lei n° 5.645, de 10 de dezembro de 1970 ARQUITETO 9017

NS-009

ECONOMISTA 9022

NS-009

ENGENHEIRO 9016

NS-009

ENGENHEIRO AGRONOMO 9012

NS-009

ENGENHEIRO DE PESCA 9041

NS-009

ESTATISTICO 9026

CSS-434

ADMINISTRADOR 434009

CSS-434 SEGURO SOCIAL

CSS-434 **ECONOMISTA** 434011 CSS-434 ECONOMISTA DOMESTICO 434028 CSS-434 **ENGENHEIRO** 434008 CSS-434 ENGENHEIRO AGRIMENSOR 434029 CSS-434 ENGENHEIRO CIVIL 434057 CSS-434 **ESTATISTICO** 434014 PARLAMENTAR **ETIQUETA** CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS Proposição Data **PROJETO DE LEI N 5.920 2009** autor nº do prontuário **Deputado SABINO CASTELO BRANCO** Modificativa Aditiva Supressiva Substitutiva Substitutivo global Página **Artigo** Parágrafo Inciso alínea TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004 ARQUITETO 434010 Temos a honra de submeter à elevada consideração de **Vossa Excelência** as razões pelas quais os Administradores do Serviço Público Federal empreendem, o ingresso de sua categoria no Projeto de Lei nº 5.920, de 2.009.

- 1. Preliminarmente faz-se necessário esclarecer que o exercício da profissão de Administrador surgiu no Brasil, através da Lei número 4.769 de 09 de setembro de 1965, tendo sido regulamentada através do Decreto número 61.934 de 22 de dezembro de 1967, sendo que no âmbito do Serviço Público Federal, a partir da vigência da Lei número 3.780/60. É bom também informar que até o início de junho de 1985, o profissional de Administração era denominado de "Técnico de Administração", passando, entretanto a denominar-se "Administrador", com o advento da Lei número 7.321, de 13 de junho de 1985.
- 2. O exercício da profissão de Administrador em nosso país, é privativo dos portadores do Curso Superior de Administração, conforme estabelece o artigo 3º da lei número 4.769/65, ratificado pelo artigo 2º do Decreto número 61.934/67.
- 3. As atribuições do Administrador, como profissional liberal ou não, estão definidas no artigo 2º da Lei número 4.769/65 e revalidada pelo Decreto número 61.934/67 no seu capitulo II, artigo 3º e alíneas, verbis.
 - a) "elaboração de pareceres,relatórios,planos, projetos, arbitragens e laudos em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;
 - b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos no campo da Administração Geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamento, administração de material e financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou aos quais sejam conexos;
 - c) exercício de funções e cargos de Administradores do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido;
 - d) o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior, assessoramento e consulta em órgãos os seus compartimentos, da administração pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvem principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes as técnicas de administração;
 - e) o magistério em matérias técnicas do campo de administração e organização".
- 4. O provimento dos cargos de Administrador é feito mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos e apresentação de Diploma do Curso Superior de Administração ou habilitação legal, devidamente registrado no Conselho Federal de Administração ou nos Conselhos Regionais de Administração, bem como no Ministério da Educação e Cultura.
 - a) Que, os Administradores não pleiteiam Transformação de Cargo e nem Plano de Carreira, querem simplesmente que sua categoria passe a integrar o Projeto de Lei 5.920 2009, por razoes estritamente de ordem legal. O pleito em tela tem amparo na Constituição Federal.

Daí a razão desta Emenda, que pretende reparar essa incompreensível injustiça funcional. Por esta razão, solicito o apoio dos nobres Parlamentares do Congresso Nacional, do competente Relator do projeto de Lei nº 5.920, de 2009 e das autoridades do Poder Executivo para não deixarem passar esta oportunidade de se fazer justiça funcional aos servidores do cargo de Administrador, que tanto tem contribuído para a melhoria do serviço público federal e do adequado atendimento à população brasileira nos órgãos e entidades aos quais prestam relevantes serviços.

PARLAMENTAR CONGRESSO NACIONAL	ETIQUETA			
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS				
Proposição PROJETO DE LEI N 5.920 2009				
autor Deputado SABINO CASTELO BRANCO	nº do prontuário			
1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa	4. Aditiva 5. Substitutivo global			
Página Artigo Parágrafo TEXTO / JUSTIFICAC	Inciso alínea ÇÃO			

PARLAMENTAR	